

ATA DA 085ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 18 DE JULHO DE 2012  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Júnior - Ciro Roza - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Valter Gallina - Volnei Morastoni.

## SUMÁRIO

### Breves Comunicações

**DEPUTADO NEODI SARETTA** - Tece comentários sobre os projetos que tratam da Defensoria Pública; aborda o projeto que cria o Revigorar IV.

### Partidos Políticos

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Comenta a entrevista do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso à revista *Veja*.

**DEPUTADO DADO CHEREM** (aparte) - Elogia as considerações do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

**DEPUTADA ANGELA ALBINO** - Refere-se ao projeto de criação e implementação da Defensoria Pública.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Reporta-se ao rol de candidatos a vereador em Joinville.

**DEPUTADA ANGELA ALBINO** (pela ordem) - Registra sua participação no Fórum Internacional de Esportes e a presença do chefe-de-gabinete do ministro dos Esportes no evento.

**DEPUTADO VALTER GALLINA** - Aborda projeto de lei de sua autoria; reporta-se à homenagem ao Senge/SC e à assinatura de contrato entre a Casan e a prefeitura de Florianópolis.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Expressa suas convicções sobre a criação da Defensoria Pública.

### **Ordem do Dia**

**DEPUTADO VOLNEI MORASTONI** (pela ordem) - Encaminha a votação à Emenda n. 04 ao art. 26 do PL n. 0237/2012 (Revigorar IV).

**DEPUTADO EDISON ANDRINO** (pela ordem) - Encaminha a votação à Emenda n. 04 ao art. 26 do PL n. 0237/2012 (Revigorar IV).

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (pela ordem) - Encaminha a votação do PL n. 0237/2012 (Revigorar IV).

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (pela ordem) - Encaminha a votação do PL n. 0237/2012 (Revigorar IV).

**DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI** - Discute a PEC n. 0003/2012 e o PLC n. 0016/2012 (Defensoria Pública).

**DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI** - Discute a PEC n. 0003/2012 e o PLC n. 0016/2012 (Defensoria Pública).

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Discute a PEC n. 0003/2012 e o PLC n. 0016/2012 (Defensoria Pública).

**DEPUTADA ANGELA ALBINO** - Discute a PEC n. 0003/2012 e o PLC n. 0016/2012 (Defensoria Pública).

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Discute a PEC n. 0003/2012 e o PLC n. 0016/2012 (Defensoria Pública).

**DEPUTADO EDISON ANDRINO** - Discute a PEC n. 0003/2012 e o PLC n. 0016/2012 (Defensoria Pública).

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (pela ordem) - Encaminha a votação do destaque que suprime os §§ 1º e 2º do art. 56 do PLC n. 0016/2012.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (pela ordem) - Encaminha a votação da emenda modificativa aos Anexos V, VI e VII do PLC n. 0016/2012, dando nova redação ao artigo.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (pela ordem) - Encaminha a votação do PLC n. 0016/2012, com as emendas aprovadas na comissão.

**DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI** (pela ordem) - Faz declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses, acabamos de encerrar a reunião da comissão de Finanças e Tributação desta Casa, que analisou o projeto de lei de origem governamental que cria a Defensoria

Pública em Santa Catarina, dispõe sobre a sua organização e funcionamento e estabelece outras providências.

Nós já nos manifestamos, ontem, da tribuna da Assembleia Legislativa sobre esse projeto, bem como na comissão também fizemos a nossa manifestação, sendo que queremos continuar um pouco mais esse debate já com os relatórios feitos, porque essa matéria virá à votação às 16h.

Queremos que a população de Santa Catarina, aquela que não tem recursos para pagar um advogado, um defensor, tenha de fato a possibilidade de receber, através do estado, a devida assistência jurídica.

Por isso ficamos preocupados com o projeto que aportou nesta Casa em função da criação de um pequeno número de defensores. Inclusive, manifestamos nossa preocupação de que a situação poderia ficar pior do que está hoje.

Através dos debates nesta Casa e do relatório do eminente relator, deputado José Nei Ascari, na comissão de Constituição e Justiça, diversas emendas foram acatadas, algumas apresentadas pela nossa bancada e outras individuais. Eu mesmo tive duas emendas individuais contempladas e que visam aperfeiçoar o projeto, visam melhorá-lo. Apesar disso, o projeto ainda está longe de ser o ideal. A previsão inicial de 14 núcleos foi ampliada para 21, tendo agora pelo menos um em cada microrregião. Mas penso que deveríamos ter em todas as comarcas um núcleo da Defensoria Pública.

Quanto ao número de defensores, o governo previu concurso apenas para 20, embora estejam sendo criados 60 cargos. Esse número foi mudado e agora será feito concurso para 60 defensores, o que é um avanço. Contudo, ainda seremos o estado da federação com o menor número de defensores públicos *per capita*. Atualmente, o estado com menor número proporcional de defensores é São Paulo, que tem 500. Entretanto, já tramita um projeto de lei aumentando para 900.

Então, a nossa preocupação é com aquelas pessoas que têm maior dificuldade e que não podem pagar um advogado para terem assistência jurídica.

Amparar essas pessoas foi a intenção do constituinte de 1988 quando estabeleceu que o estado deveria prestar essa assistência. É bem verdade também que o relator manteve o dispositivo que prevê a realização de convênios com instituições enquanto a Defensoria Pública não estiver totalmente implantada. Hoje os cursos de Direito mantêm escritórios atendidos pelos acadêmicos que ajudam muitas pessoas e poderão continuar ajudando através dessa possibilidade.

Disse ontem, desta tribuna, disse há pouco na comissão de Finanças e repito agora neste plenário: temos que nos preocupar com o cidadão que está lá na ponta, aquele que não tem condições financeiras, e não apenas com os casos que dão repercussão na mídia.

A segunda questão que quero abordar é sobre outro projeto que virá à votação hoje, que é um projeto chamado Revigorar. De tempos em tempos o governo de Santa Catarina adota encaminha projeto desse tipo para recuperar créditos, dívidas vencidas de credores da Fazenda Pública Estadual. O ideal seria que o estado encontrasse um mecanismo de valorização dos contribuintes que pagam em dia, para que eles pudessem ter algum tipo de ganho, de incentivo e não apenas quem não pagou em dia ter abatimento de multas, juros e outras vantagens. Temos que estimular os catarinenses que cumprem as suas obrigações, até porque quando vêm projetos como o Revigorar, eles dão uma folga de caixa, mas depois a situação volta ao normal e a inadimplência não cai. Mas se o governo encontrasse um mecanismo de valorização daqueles que estão pagando os tributos em dia, poderia melhorar a inadimplência, pois, segundo se fala, o montante é de cerca de R\$ 6 bilhões.

No projeto anterior conseguimos fazer uma discussão importante, que foi canalizar os recursos decorrentes do Revigorar para a área da saúde, tão necessária, tão urgente. Conversávamos há pouco com representantes da imprensa sobre a questão das UTIs. Dias atrás uma sugestão foi encaminhada ao secretário da Saúde no sentido da criação de uma UTI neonatal nas microrregiões onde

ainda não há. No caso me referia especificamente à cidade de Joaçaba e região, cujos pacientes quando necessitam de UTI neonatal têm que ser removidos para Curitiba ou para Concórdia, deputado Nilso Berlanda.

Estou-me referindo à cidade de Joaçaba, mas também há outras microrregiões que não possuem e que precisam de UTI neonatal.

Por isso, os recursos do novo Revigorar deveriam ser canalizados para uma área tão importante como a da saúde, a exemplo do que foi feito no projeto anterior, embora até hoje não se tenha ainda a aplicação total daqueles recursos. Temos cobrado isso, pois sabemos que é uma área vital e por isso o governo precisa fazer um esforço extra para atendê-la.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Gostaria de saudar o vereador Reinaldo Wengrzynovski, Saul Ferreira Ramos e Rui Rei Rene Wengrzynovski, de Três Barras.

Sejam bem-vindos a esta Casa Legislativa!

Não havendo mais deputados inscritos em Breves Comunicações, suspendemos a presente sessão até as 15h, reiniciando-a no horário dos Partidos Políticos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados, quero, deputado Dado Cherem, recomendar a leitura da entrevista do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Eu conversava, inclusive, com dois amigos do PT, que já tinham lido a entrevista, os quais também elogiaram a lucidez do ex-presidente nessa entrevista que consta das páginas amarelas da

revista *Veja* desta semana, na qual ele reclama da falta de debate no Brasil.

Deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. e Fernando Henrique Cardoso não comungam de muitas formas de agir e de pensar. Mas não tenho dúvida de que muito daquilo que ele diz, da sua maneira de pensar vem ao encontro do que v.exa. pensa e defende, porque ouvi hoje ouvi um petista dizendo que em outras épocas suas palavras poderiam ser um manifesto, uma carta do Partido dos Trabalhadores.

O ex-presidente reclama, chama atenção e faz até um *mea culpa*, dizendo que esta é uma tendência do Brasil, ou seja, a falta de debate sobre os grandes temas que interessam efetivamente ao país; a perda de contato do Parlamento com a sociedade e a comunicação direta que se estabeleceu entre o Executivo e a sociedade, passando por cima do Congresso Nacional.

Ele contesta, por exemplo, aqueles que dizem que não há Oposição. Ele diz que Oposição há, mas está dentro do Congresso, que não é mais ouvido pela sociedade, porque a sociedade trata com o governo através dos vários programas de bolsa, como o Bolsa Família, e do BNDES, que libera recursos. Somente agora são mais de R\$ 50 bilhões para o que chamam de Bolsa Empresa. Diz que é um clima de felicidade geral, menos para a classe média. Como nesse meio se perdeu o espaço para o debate, os grandes temas que interessam ao Brasil ficaram de lado.

Foi uma entrevista extremamente lúcida, assunto sobre o qual vale a pena fazer uma reflexão, porque essa é nossa queixa. Mas Fernando Henrique diz que perdemos espaço. Mas por que a população ouve a mídia e o governo reclama que a mídia só faz oposição? É porque o povo, na verdade, só está ouvindo a mídia, o que é a nossa queixa constante aqui.

É evidente que ele integra o PSDB, mas deixando de lado essa questão partidária, acho que é uma reflexão de um homem lúcido nos seus 81 anos, que, suprapartidariamente, merece ser ouvido.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Dado Cherem - Deputado Joares Ponticelli, trata-se de uma entrevista extremamente lúcida e que põe vários pontos de interrogação na cabeça de todos.

V.Exa., que é professor, sabe o grande poder de informação que todos possuem, principalmente no que se refere àquela informação nociva, subliminar, presente em alguns tipos de propaganda e nos meios de comunicação, mas também àquela que chega todos os dias aos nossos lares através das redes sociais, principalmente trazidas por nossos netos, filhos, etc.

Acho que aí vem a grande pergunta de Fernando Henrique Cardoso: "Por que não se questiona? Por que não se debate? Por que a informação é aceita da maneira que vem sem haver o grande questionamento que havia no passado até ideologicamente?"

Então, ao tempo que possuímos hoje a informação real a cada segundo, também deveria haver o questionamento, o debate. Mas essa informação é boa ou não? É importante ou não? A grande lição que Fernando Henrique Cardoso nos dá, como sociólogo, é de que hoje não há mais debate ou questionamento.

Na última vez que tivemos a oportunidade de estar com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ele nos disse, do alto dos seus 80 anos de idade, que apenas arrepende-se daquilo que não disse e que a partir de agora não ficaria mais quieto até porque não deve nada para ninguém.

Recomendo a leitura dessa entrevista e acho muito oportuna a sua manifestação, deputado Joares Ponticelli, em virtude de expor o pensamento de alguém que deixou uma herança muito bendita para o Brasil.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Agradeço a sua manifestação, deputado Dado Cherem.

Gostaria de dizer que desde que comprei essa revista no domingo à noite, no aeroporto, para ler no trajeto até Brasília, li e reli mais três vezes

porque, honestamente, sempre fui um admirador do pensador e do intelectual Fernando Henrique Cardoso.

Deputada Angela Albino, não sei se v.exa. já leu essa entrevista, mas vale a pena, porque é completamente desinteressada e porque ele coloca, como disse o deputado Dado Chorem, aquilo que efetivamente pensa, fazendo um *mea culpa*, inclusive, mas, acima de tudo, reclamando e lamentando a falta do debate no país sobre os grandes temas nacionais, contestando aquela onda de pessimismo, aqueles que diziam que o Brasil teria virado a maravilha do mundo e que todos os problemas estariam resolvidos. Ele reconhece que houve avanços extremamente positivos, mas contesta aqueles que estão pregando o pior dizendo que não temos mais a perspectiva que tínhamos.

Então, sua entrevista foi extremamente equilibrada e, honestamente, acho que nós, parlamentares, precisamos fazer uma reflexão porque aquilo que ele reclama é exatamente aquilo que reclamamos no dia a dia, que é a falta do debate e a falta do espaço para o Parlamento. Se perdemos espaço, perdemos por não debatermos aquilo que efetivamente interessa à população ouvir.

Quando ele diz que a sociedade deixou de nos ouvir para ouvir a mídia é porque a mídia está falando o que o povo quer ouvir e nós não conseguimos falar.

Então, acho que vale a pena. É uma reflexão que, suprapartidariamente, repito, os Parlamentos precisam fazer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Boa-tarde, sras. deputadas e srs. deputados!

Ocupo a tribuna para, em alguma medida, confluir para o tema que o deputado Joares Ponticelli trouxe à tribuna, um deputado que é um defensor do Parlamento e da condição do Parlamento de ser um espaço plural de ideias e, portanto, onde é possível construir melhores soluções, pensando na democracia como esse exercício de vários pensares para criar um projeto de nação que conflua para o bem comum.

Quero tratar a Defensoria Pública sob o enfoque que temos debatido nesta Casa nos últimos anos não por iniciativa do Poder Executivo, seja ele qual for, o que está agora e o que estava antes, mas sob a perspectiva da iniciativa popular que começou no Sindicato dos Servidores do Judiciário de Santa Catarina, o Sinjusc, espalhou-se e provocou outras iniciativas. Assim como as universidades do oeste de Santa Catarina, várias universidades ao longo do tempo foram ganhas para essa discussão. E finalmente, pela decisão do Supremo Tribunal Federal, entendeu-se que esse clamor popular tinha também o respaldo na Constituição Federal.

Na verdade, Santa Catarina era o Joãozinho do passo certo nesse que é um tema que, infelizmente, durante muito tempo foi debatido no estado sob um viés financeiro simplista, como se fosse possível mensurar em termos de orçamento os direitos essenciais das pessoas. Se a Constituição determina, não nos cabe dizer se é de uma forma ou de outra.

De todo jeito, essa determinação constitucional nos obriga a implantar no próximo ano a Defensoria Pública. Agora, qual Defensoria Pública é o grande debate do momento.

Vejo com grande lamento que quem sempre disse que esse era o caminho não foi ouvido em etapa nenhuma por quem sempre disse que esse não era o caminho correto. Até como uma forma generosa, uma forma de humildade, que é tão típica dos grandes homens e das grandes mulheres, era preciso chamar essas pessoas para, ao ouvi-las, incorporar o projeto, porque diferente de chamarmos para uma audiência pública para o cumprimento de uma

formalidade, é trazeremos quem sempre debateu o tema, quem há mais de década vem debatendo o tema e poder ouvir de verdade, porque nos interessa uma Defensoria Pública, e particularmente para nós, mulheres, interessa sobremaneira.

A Lei Maria da Penha tem seis artigos diferentes pressupondo a Defensoria Pública não como um instrumento de punir o agressor, mas numa perspectiva que nos interessa muito mais, que é evitar que essas mulheres sofram uma violência. A Defensoria Pública ajuda a evitar a violência e, portanto, ajuda a evitar a judicialização dos conflitos sociais.

É com lamento que vemos que, por exemplo, o Movimento de Mulheres em nenhum momento foi chamado. Assim, a Defensoria Pública nasce tendo durante três anos tendo a sua frente uma pessoa nomeada pelo governador. Portanto, no curso de todo o governo Raimundo Colombo não teremos uma pessoa independente à frente da Defensoria Pública.

A Defensoria Pública não tem autonomia administrativa, não tem autonomia orçamentária. E como o nobre deputado Joares Ponticelli chamou para o debate, não nos cabe debater apenas na perspectiva de quem terá uma subsede da Defensoria Pública para agradar o eleitorado local. O tema que está colocado para esta Casa é muito mais grandioso, um tema que nós rebaixamos para ver quem tem influência para colocar no relatório uma Defensoria na sua área de interesse eleitoral.

Nós precisávamos discutir que Defensoria estamos propondo; nós precisávamos discutir qual o lugar dessa Defensoria Pública dentro da estrutura de Santa Catarina; nós precisávamos discutir o orçamento da instituição!

Portanto, para nós representa, sim, um avanço e queremos que a Defensoria seja implantada já mesmo com as imperfeições que já estamos identificando, porque melhor que ela venha dessa forma do que não esteja entre nós.

Precisamos registrar, entretanto, que o governo tinha o parâmetro de um projeto de lei que viesse ao encontro dos anseios da comunidade

catarinense, mas desprezou essa contribuição que não era de uma pessoa, de um grupo político ou de uma entidade partidária específica e sim de uma força social que trabalha com esse tema há longo tempo.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Angela Albino.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, nós estamos bem próximo de mais uma eleição e debruçamo-nos perante o número de candidatos que temos a vereador no município de Joinville. E olhando detalhadamente os nomes e até a representatividade que Joinville possa ter na próxima eleição, fizemos uma constatação bastante interessante. Em primeiro lugar, Joinville está batendo o recorde de candidatos. Temos 342 candidatos a vereador, o que é um número extremamente expressivo. O partido que tem o maior número de candidatos é o PSDB, 37, seguido do PT, com 34; do PMDB, com 33; do PPS, com 31; do PP, com 27; do PSD, com 20; do PDT, com 20; do PR, com 20; do PSB, com 18; do PSC, com 16; do DEM, com 12; depois vêm os demais.

Analisando a profissão de cada candidato, vemos que 25 são servidores públicos, 24, professores; 20, empresários; 19, aposentados; 19, comerciantes; 18 são vereadores que buscam a reeleição, e 13 deles são administradores. Temos ainda 13 donas de casa, 11 advogados, nove gerentes, sete pedagogos, seis representantes comerciais, seis policiais, seis corretores de imóveis e, por incrível que pareça, apenas cinco pessoas ligadas aos meios de comunicação.

Até existe uma segunda versão desses candidatos, porque tenho uma lista na qual oito candidatos a vereador em Joinville são ligados à

comunicação, ou seja, são locutores, comentaristas, jornalistas ou apresentadores de televisão. Na relação do TRE são cinco, mas, pelo que me consta, são oito candidatos do meio de comunicação e um candidato à majoritária que também é jornalista. Temos ainda o deputado Kennedy Nunes, que é candidato a prefeito e que é um dos mais conhecidos jornalistas de Joinville.

De qualquer maneira, chamou-me a atenção por ser um número pequeno, normalmente há um número bem maior. E chamou-me a atenção também não haver um número mais condensado, mais forte de pastores candidatos.

Deputado Kennedy Nunes, estou procurando aqui e achei até cantores, mas não achei ainda um pastor. Sei que o pastor Gomes é candidato, mas na minha estatística não consta.

De qualquer maneira, a Câmara de Vereadores do próximo ano com certeza terá uma representatividade dos mais diversos segmentos da sociedade joinvilense. Isso é fundamental. Mas, em compensação, se fosse um vestibular, seria 19 por um. É como se fosse um vestibular para Medicina, digamos assim, pois são 19 candidatos para cada vaga de vereador no município de Joinville.

Portanto, tenho comigo que essa eleição em Joinville vai render os frutos necessários para que tenhamos um novo governo a partir do ano que vem, com uma Casa Legislativa forte. É o que a sociedade espera e é o que nós queremos também.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero registrar que hoje pela manhã representei esta Casa no Fórum Internacional de Esportes, que acontece no Hotel Cambirela, que contou com a presença do chefe-de-gabinete do ministro Aldo Rebelo, Joel Benin, que está conosco como desdobramento da criação da Frente

Parlamentar Pró Santa Catarina na Copa do Mundo e nas Olimpíadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Está feito o registro de v.exa. e o ministro Aldo Rebelo tem o nosso reconhecimento e o nosso respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Valter Gallina, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO VALTER GALLINA - Sr. presidente, srs. deputados, demais pessoas que nos assistem pela TVAL.

(Passa a ler.)

"Dividirei meu pronunciamento em três aspectos, sendo que o primeiro será sobre o projeto de lei a que dei entrada na última semana, que dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de sistema de captação de energia solar e aproveitamento da água das chuvas nas edificações públicas em nosso estado.

A Organização das Nações Unidas definiu que o dia 22 de março é destinado à discussão sobre os mais variados temas relacionados a esse importante bem natural. Mas por que a ONU se preocuparia com a água, haja vista que 2/3 do nosso planeta é composto dela? A razão é que apenas 0,008% do total dessa água são potáveis. Em 1992 a ONU elaborou um importante documento que é a 'Declaração Universal dos Direitos da Água', com dez artigos que servem para despertar a consciência ecológica da população e dos governantes para o uso consciente da mesma. Desses dez artigos, escolhi alguns para nosso debate:

'Art. 1º. A água faz parte do patrimônio do planeta. Cada continente, cada povo, cada nação, cada região, cada cidade, cada cidadão é plenamente responsável aos olhos de todos.

[...]

Art. 5º. A água não é somente uma herança dos nossos predecessores; ela é, sobretudo, um empréstimo aos nossos sucessores. Sua proteção constitui uma necessidade vital, assim como uma

obrigação moral do homem para com as gerações presentes e futuras.

[...]

Art. 8º. A utilização da água implica no respeito à lei. Sua proteção constitui uma obrigação jurídica para todo homem ou grupo social que a utiliza. Esta questão não deve ser ignorada nem pelo homem nem pelo estado.'

Levando em consideração os dez artigos da ONU, vemos que o cenário de escassez se deve não apenas a irregularidades na distribuição da água, mas também ao fato de que nos últimos cinquenta anos a degradação da qualidade da água aumentou de forma alarmante. Assim, a água passa a ser um recurso natural limitado, finito, não somente por sua quantidade, mas também por sua qualidade e localização.

Por isso, resolvi propor esse projeto de lei, para que possamos utilizar nos prédios públicos um sistema de captação da água da chuva, sendo que sua utilização dar-se-á na limpeza, vasos sanitários, dentre outros. A economia da água potável é na ordem de 40% e o custo benefício de maneira geral pago em aproximadamente seis anos.

No mesmo sentido, segundo o Projeto de Lei n. 0244/2012 ficam as novas edificações públicas obrigadas a dispor de um sistema de captação de energia solar. A energia solar pode ser aproveitada em diferentes níveis em todo o mundo e ajuda na preservação do meio ambiente.

As centrais de abastecimento dessa energia necessitam de manutenção mínima, aproveitando o sol para obter energia que irá servir na utilização de equipamentos elétricos, gerando mais economia, diminuindo a utilização de energia elétrica, para que haja diminuição da agressão ao meio ambiente.

Um segundo aspecto a colocar é que na noite de amanhã, às 19h, a Assembleia Legislativa irá fazer uma homenagem ao Senge/SC - Sindicato dos Engenheiros do Estado de Santa Catarina -, que foi fundado em 21 de julho de 1971, ou seja, no próximo sábado fará 41 anos.

A sede do Senge fica em Florianópolis. Possui sete delegacias regionais distribuídas pelo estado: Blumenau, Joinville, Chapecó, Lages, Criciúma, Joaçaba e Tubarão. É, portanto, extremamente descentralizado, aproxima a entidade do engenheiro, conhecendo a realidade de cada região.

Hoje o Senge é uma entidade forte, que já garantiu inúmeros benefícios aos engenheiros catarinenses. Atualmente tem 5.500 associados, mas representa mais de 20 mil engenheiros em todo o estado."

Causou-me estranheza, srs. deputados, ao fazer o convite pessoal aos deputados, para essa homenagem, verificar que não há nenhum deputado engenheiro. Eu achava que havia cinco ou seis. E comecei a lembrar dos grandes engenheiros políticos que o Brasil já teve, como Leonel Brizola, Mário Covas e Itamar Franco. Até porque sabemos da grande deficiência que há nas várias áreas de infraestrutura do estado e do Brasil, como no saneamento, na energia e na mobilidade urbana. Temos com certeza engenheiros capacitados na área executiva trabalhando essas questões. Realmente fiquei surpreso ao saber que não há engenheiros nesta Casa Legislativa.

Um terceiro aspecto a colocar é relativo à população catarinense e, principalmente, à população florianopolitana. A Casan e a prefeitura de Florianópolis assinaram um contrato de programa, na última semana, em que a prefeitura repassa a obrigatoriedade do saneamento à Casan para os próximos 25 anos com alguns compromissos da empresa de saneamento para com a prefeitura e a população florianopolitana.

Então, há exigência de nos próximos quatro anos a Casan executar 75% de cobertura de esgoto em Florianópolis. Hoje temos 51%. Ou seja, em quatro anos vamos aumentar mais 24% de cobertura de esgoto e isso é possível graças aos grandes financiamentos que a empresa fez com um banco japonês (R\$ 405 milhões) e com a Caixa Econômica Federal (R\$ 408 milhões). Até o final deste mês

mais de 100 milhões de euros serão tomados junto a uma agência francesa.

Deputado Dóia Guglielmi, desse R\$ 1,5 bilhão, R\$ 400 milhões são para Florianópolis, deputado Edison Andrino, e servirão, inclusive, para, nos próximos três a quatro anos, fazer a cobertura total de rede de esgoto em nossa querida Lagoa da Conceição, onde v.exa. reside.

Quero cumprimentar o presidente da Casan, Dalírio Beber, que obviamente foi um dos responsáveis em buscar esses recursos, mas também louvar o discernimento do prefeito Dário Berger por cobrar o saneamento, mas também por assinar o contrato do programa, confiando na empresa, nesses financiamentos já assinados e que os recursos estão aí e darão condições, sim, de fazer com que a capital catarinense, que já é considerada a cidade de melhor qualidade de vida do Brasil, com certeza fará jus a este título, fique ainda melhor!

Assim, os nossos cumprimentos ao presidente Dalírio Beber e ao prefeito Dário Berger, pelo discernimento da assinatura do contrato de programa, sendo que foi o primeiro contrato de programa assinado em nosso estado, mostrando a confiança que há na empresa, o que fez com que a autoestima dos seus funcionários se elevasse e que a credibilidade subisse. E se houve financiamentos dos órgãos públicos e de organismos internacionais é porque a Casan tem credibilidade e condições financeiras de garanti-los.

Quero, portanto, sr. presidente, agradecer a oportunidade de expor estes três assuntos, tanto a utilização da água de chuva quanto o sistema de captação solar em todos nossos prédios públicos, bem como a homenagem ao Sindicato dos Engenheiros, na passagem dos seus 41, quanto a assinatura desse importante contrato de programa entre a prefeitura da capital e a nossa Casan.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos

Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Na ausência de representantes do PSD que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, todos que nos acompanham pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL.

Esta tarde, sr. presidente, com certeza é marcante na história deste estado, na história da população catarinense, principalmente na história das pessoas baixa renda, das pessoas que não têm acesso à Justiça e que precisam da atuação do estado em termos de política pública. Refiro-me, srs. deputados, à criação da Defensoria Pública.

Primeiramente quero registrar que não vi claramente uma posição do governo Raimundo Colombo em de fato criar uma Defensoria Pública séria neste estado. Ainda fala-se muito na decisão do STF em obrigar o estado a criar a Defensoria. Inclusive, muitas falas neste Parlamento continuam batendo em cima dessa tese, não convencidos da importância da Defensoria Pública.

Fala-se muito em custos! Mais uma vez fala-se em custos! Vamos debater esse tema, pois na minha avaliação não conseguimos informações sobre o quanto custará a Defensoria Dativa para o estado, pois nem o secretário da Fazenda respondeu concretamente a essa pergunta.

Mas quero trazer outra linha de intervenção e levantar aqui algumas questões e algumas preocupações.

O Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional a Defensoria Dativa de Santa Catarina e determinou que o estado criasse uma instituição chamada Defensoria Pública.

O que vai significar a votação do PLC n. 0016 e da PEC n. 0003 em relação àquilo que os ministros do STF julgaram?

O ministro Celso de Melo acompanhou o voto do relator do processo e chamou de omissão contumaz a postura do estado de Santa Catarina, que 23 anos

depois da promulgação da Constituição da República manteve-se inerte quanto à implantação da Defensoria Pública, violando de modo patente o direito das pessoas desassistidas, "verdadeiros marginais", entre aspas, do Sistema Jurídico Nacional. Disse ainda que o estado de Santa Catarina vinha sendo infiel ao mandamento constitucional do art. 134, que remete ao inciso LXXIV do art. 5º e que essa infidelidade tinha que ser suprida por aquela Corte.

O julgamento foi marcado pela indignação dos ministros do STF, cuja magnitude chegou ao ponto de registrarem que a omissão do governo do estado de Santa Catarina em criar a Defensoria Pública nos moldes da Constituição Federal caracterizava crime de responsabilidade.

Se no julgamento os ministros falam e veem isso que chamam de crime de responsabilidade, o que ocorrerá, srs. deputados, se esta Casa aprovar hoje um projeto de criação da Defensoria Pública novamente violando a Constituição Federal? Como o Supremo Tribunal Federal vai entender essa violação? Na nossa avaliação, ela é muito clara, pois a lei federal fala que os defensores públicos devem ser escolhidos entre os defensores concursados!

E vamos mais longe. No julgamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o estado da Paraíba, o Supremo Tribunal Federal disse o seguinte:

(Passa a ler.)

"É inconstitucional lei complementar estadual que, ao fixar critérios destinados a definir a escolha do Defensor Público-Geral do Estado e demais agentes integrantes da Administração Superior da Defensoria Pública local, não observa as normas de caráter geral, institutivas da legislação fundamental ou de princípios prévia e validamente estipuladas em lei complementar nacional que a união federal fez editar com apoio no legítimo exercício de sua competência concorrente." [sic]

Então, no estado da Paraíba, a indicação do Defensor-Geral se deu através de nomeação de livre

escolha do governador de uma pessoa não concursada foi tida como inconstitucional pelo STF.

Ora, se naquele estado ocorreu isso, por que não construir de uma vez por todas em Santa Catarina uma Defensoria Pública que obedeça todas as prerrogativas legais?

Entendemos, srs. deputados, sras. deputadas, que a Defensoria Pública tem que ser uma instituição politicamente livre, sem intervenção do governador, e administrativamente livre. E essa é outra questão extremamente polêmica no texto do PLC n. 0016, porque a Defensoria Pública dependerá do Orçamento do estado e da vontade política do governador.

Há ainda outras questões polêmicas, como o pequeno número de defensores públicos, que não vão dar conta do volume de trabalho. Talvez isso até seja uma estratégia para depois poder dizer que não funciona, que não dá certo e que a Defensoria Dativa era melhor.

Assim, estamos trazendo essas questões para a tribuna a fim de que este Parlamento possa resolver isso ainda nesta tarde. A nossa bancada apresentou algumas emendas ao projeto para tentar corrigir no plenário essas distorções, a fim de que o texto do projeto que regulamenta a Defensoria Pública atenda às expectativas da população catarinense, no sentido de que ela tenha acesso a um advogado, tenha acesso à Justiça gratuita.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Deveríamos passar neste momento para a Ordem do Dia, mas como houve um acordo entre as lideranças de que iríamos começar exatamente às 16h, vamos suspender a presente sessão por cinco minutos, reiniciando-a exatamente às 16h.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Gostaria de registrar a presença no plenário desta Casa do ex-governador e senador Casildo Maldaner, que é sempre muito bem-vindo a esta

Casa. Desde já está convidado a permanecer conosco enquanto entender que possa dar-nos o prazer da sua presença.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0110/2011, de autoria do deputado Gelson Merisio, que altera dispositivo da Lei n. 7.702, de 1989 (pensão).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Tivemos uma contribuição muito significativa, através de uma emenda modificativa de autoria do deputado Valmir Comin, que trata de pensão às pessoas portadoras de deficiência mental severa e de epidermoliose, que é uma severíssima enfermidade, a qual o deputado Antônio Aguiar conhece muito bem.

O deputado Valmir Comin acrescentou uma importante contribuição que consta dos autos e que embora com problemas de vício de origem, há o compromisso pré-estabelecido com o governo de não vetá-lo dada a importância da matéria para as famílias que serão beneficiadas.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0237/2012, de origem governamental, que institui o Programa Catarinense de Revigoração Econômico (Revigorar IV), que dispõe sobre transação de créditos tributários inscritos em dívida ativa, altera as Leis n.s 3.938, de 1966; 5.938, de 1981; 10.297, de 1996; e 13.342, de 2005, e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Ao presente projeto foi apresentada a Emenda n. 04, de autoria do PT, que deverá ser votada em separado.

Em discussão a emenda.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Votação em separado da Emenda n. 04.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, destacamos esta emenda para votação em separado no plenário uma vez que já a havíamos defendido no âmbito da comissão de Constituição e Justiça, por entendermos que, mais uma vez, o governo do estado lança mão da cobrança da dívida ativa, agora através de um novo programa Revigorar, agora o IV.

Quando o Revigorar III adentrou a esta Casa no ano passado foi em seguida pedido de volta pelo governador justamente porque já havia um franco debate na secretaria estadual de Saúde com a comissão de Saúde desta Casa sobre a situação dos hospitais no estado, na intenção de que o governo complementasse o custeio ou tivesse uma nova proposta para o custeio dos hospitais de Santa Catarina.

Foi nesse sentido que o governo do estado remeteu novamente para esta Casa o Revigorar III, propondo a exclusão dos 25% para os municípios e determinando que os recursos restantes seriam totalmente destinados à Saúde.

Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, não sei exatamente qual foi o montante do Revigorar III aplicado na Saúde. Já fizemos um pedido de informação que, inclusive, já está com o seu tempo legal de resposta esgotado, mas ainda não obtivemos as devidas informações.

Gostaria de saber qual foi realmente o montante arrecadado! Quanto, efetivamente, do

Revigorar III foi aplicado na Saúde? Extraoficialmente tenho a informação de que a arrecadação chegou a aproximadamente R\$ 280 milhões e que deve ter sobrado para a Saúde em torno de R\$ 220 milhões, dos quais o governo não aplicou mais do que 10%.

Onde estão esses recursos? Por que esses recursos não foram aplicados até hoje na Saúde, apesar de toda a demanda, apesar do grande volume de reivindicações por parte dos municípios?

A nossa comissão realizou mais de 20 audiências públicas, além de tantas outras realizadas pelas demais comissões, constatando a realidade da Saúde. Basta abrir as páginas dos jornais para ver a situação. Basta ver que nas pesquisas sobre as necessidades prementes e prioritárias dos municípios a saúde ganha disparado, com mais de 80% das respostas.

Então, no momento em que aporta aqui mais um Revigorar, o IV, ainda estamos preocupados com o III, que não aplicou devidamente os recursos.

Tudo é prioridade: educação é prioridade, assistência social é prioridade, segurança é prioridade, infraestrutura é prioridade, rodovia é prioridade. Mas eu não tenho medo de afirmar - e não estou falando isso por ser da área da saúde, por ser médico e por ter uma militância maior nessa área - que a prioridade das prioridades do povo catarinense é a saúde. Essa é a prioridade mãe, é a maior das prioridades, é a prioridade das prioridades!

Nós estamos aqui representando o povo catarinense, mas se em nosso lugar estivesse o próprio povo numa grande assembleia geral, com certeza estaria destinando parte desses recursos carimbados para a Saúde.

Eu sei que o secretário estadual e o seu adjunto estão passando dificuldades, porque podemos dizer que de alguma forma a secretaria da Fazenda está tratando a secretaria da Saúde não a pão seco e água, mas a pão seco somente, sem água!

A nossa emenda, srs. deputados e sras. deputadas, é no sentido de que 25% dos recursos provenientes do Revigorar IV sejam destinados à

Saúde. E o governo teria ainda mais 75% para destinar para suas outras prioridades.

Então, faço um apelo aqui pela aprovação dessa emenda.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, queremos dizer que concordamos com o deputado Volnei Morastoni com relação à sua preocupação com a saúde, que é um problema no estado de Santa Catarina e no Brasil.

Eu estava em Brasília quando votamos a CPMF, cujos recursos eram destinados à Saúde. Infelizmente, o arrecadado ia para o caixa único do Tesouro Federal e bem pouco daqueles recursos era aplicado na Saúde.

Deputado Volnei Morastoni, se v.exa. fizesse uma pesquisa, também colocaria 25% para a Segurança Pública. Até foi apresentada uma emenda pelo deputado Dirceu Dresch, se não me engano, que destinava um percentual do Revigorar IV para a Defensoria Pública, o que também é justo.

Então, se começarmos a mexer, a tirar daqui e dali, não sobrará nada. É nesse sentido que peço aos companheiros que fazem parte da base de apoio ao governo que votem contra a emenda, apesar de reconhecer a boa intenção do deputado Volnei Morastoni. Tenho certeza de que depois o governo, que sente também as dificuldades da Saúde, irá contemplar essa pasta com recursos não somente que já existem no Tesouro, mas com aqueles que entrarão com o Revigorar IV.

Por isso, sr. presidente, peço à bancada que vote favoravelmente ao projeto e contra essa emenda.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em votação a Emenda n. 04 ao art. 26.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Está rejeitada a emenda destacada.

Em discussão o projeto com uma emenda supressiva.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, já fiz parte desta fala na comissão de Constituição e Justiça hoje à tarde, mas volto a frisar que está virando um processo cíclico essa questão do Revigorar, incentivando os maus pagadores a continuar com essa prática, porque sabem que daqui a pouco haverá mais uma renegociação.

Pergunto: com ficam as pessoas que pagam os seus impostos em dia e que contribuem com o estado dentro da lei? Inclusive, no dia de ontem fizemos um pedido de informação, pois queremos saber quais são as empresas e se de fato elas têm problemas financeiros sérios ou é simplesmente por saberem que vai haver mais um Revigorar.

Outra coisa, sr. presidente, que questiono muito é por que aprovar esse projeto em plena época de eleição. O ex-secretário Ubiratan Rezende dizia que viera a Santa Catarina justamente para mudar a secretaria da Fazenda, que até então se constituía num balcão de negócios. Será que continua? Ele saiu.

Então, sr. presidente, não somos contra a iniciativa de estabelecer negociação, de estabelecer incentivos aos contribuintes. O que achamos é que Santa Catarina está dando incentivos demais e que isso compromete os investimentos que o governo do estado tem de fazer. O próprio

Tribunal de Contas do Estado disse isso na sua avaliação deste ano e do ano passado.

Dessa forma, srs. deputados, destaco aqui que a nossa bancada está liberada para votar e informo que este deputado, como líder do PT, votará contra o Revigorar IV.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, temos consolidada uma posição de manifestar e votar contra isenção de impostos e temos percebido que esses Prodec e Revigorar são uma forma de os monopólios terem espaços generosos de crescimento dentro do estado de Santa Catarina, sem a devida, necessária e legal contrapartida ao fortalecimento do serviço público tão necessário para a nossa sociedade.

Não teríamos posição contra uma medida como essa para as pequenas iniciativas. Tivemos algumas indicações e projetos nesse sentido nos seis últimos anos. Infelizmente, todos os destinados aos pequenos bateram na trave. Pelo menos os que eram da nossa iniciativa bateram na trave. Enquanto isso, vemos projeto como esse ser aprovado e imagino que nenhum pequeno empresário do estado de Santa Catarina será beneficiado.

Portanto, manifestamos o nosso voto contrário e pedimos que a nossa bancada vote contra também.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está em votação o Projeto de Lei n. 0237/2012, com uma emenda supressiva.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado com o voto contrário dos deputados Dirceu Dresch, Luciane Carminatti e Sargento Amauri Soares.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0213/2011, de autoria do Poder Executivo, que autoriza aquisição de imóvel no município de Água Doce (construção do quartel da Polícia Militar).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Srs. deputados, temos agora a PEC n. 0003/2012, que cria a Defensoria Pública e o PLC n. 0016/2012, que a regulamenta.

Consulto os srs. líderes se, como são matérias absolutamente correlatas, podemos votar a PEC e fazer a discussão do PLC, ou fazemos a discussão em bloco da PEC e do projeto, apenas fazendo a votação de cada matéria em separado.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Não há problema em fazermos o debate das duas matérias conjuntamente, pois são temas afim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Vamos discutir, então, a PEC n. 0003/2012 e o PLC 0016/2012. A votação, evidentemente, será feita individualmente, mas a discussão conjunta.

Discussão e votação da Proposta de Emenda Constitucional n. 0003/2012, que modifica os arts. 57, 59, 104 e 124 da Constituição do Estado de Santa Catarina (Defensoria Pública).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar n. 0016/202, que cria a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, dispõe sobre sua organização e funcionamento e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição de Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Encontra-se apensado a este projeto o Ofício n. 0286/2010, contendo 14 anexos.

Em discussão.

Tem a palavra, por até dez minutos, como relator da matéria, o sr. deputado José Nei Ascari.

Os demais deputados, se todos concordarem, terão cinco minutos cada um, uma vez que é um tema que tem bastante apelo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, este é com certeza o parecer mais importante deste deputado neste mandato.

Gostaríamos de fazer um registro inicial de defesa do modelo de Defensoria adotado em Santa Catarina até agora, destacando que a Defensoria Dativa, na nossa concepção, sempre garantiu assistência gratuita ao cidadão catarinense de baixa renda.

Mas o que nos estamos discutindo agora é um novo modelo, o modelo da Defensoria Pública fruto da iniciativa popular e também, evidentemente, da decisão recente do Supremo Tribunal Federal.

Muitas sugestões foram consideradas, tendo sido colhidas nas várias reuniões que trataram desse tema, nas audiências públicas realizadas por esta Casa - foram duas, uma no ano passado e uma recentemente - e também através das emendas apresentadas pelos srs. e sras. deputadas.

O governo do estado, este registro também faço neste momento, deputado Edison Andrino, foi muito sensível e assimilou boa parte das emendas formuladas e assim conseguimos evoluir, melhorando, na nossa concepção, a proposta original de origem governamental.

À PEC foram apresentadas cinco emendas, das quais uma foi acolhida por este relator, segundo a qual o defensor-geral deverá comparecer à Assembleia para prestar contas de todos os trabalhos da Defensoria Pública.

Já ao PLC este relator apresentou nove emendas, todas formuladas com base nas sugestões colhidas ao longo de todo o processo. Além disso, foram apresentadas ainda 35 emendas pelos srs. deputados, das quais dez foram integralmente acolhidas, nove delas consideradas prejudicadas em razão do tema de uma forma ou de outra ter sido recepcionado por este relator, e 16 foram rejeitadas.

A modificação mais importante efetuada no debate realizado nas comissões está justamente no ponto mais polêmico da proposta governamental, que é a estrutura da Defensoria Pública. Essa foi a razão de elevarmos de 14, deputado Joares Ponticelli, para 21 os núcleos regionais, contemplando dessa forma todas as 21 associações de municípios, porque consideramos que essa divisão geográfica está consolidada e é muito equilibrada, permitindo que os defensores públicos possam atuar com bastante propriedade no interior do estado.

Nós alteramos também o texto original a fim de possibilitar o provimento, já no primeiro concurso, não apenas de 20 vagas, mas de 60 vagas de defensor público. Com o objetivo de dar maior autonomia, maior independência ao órgão que está sendo criado, também alteramos o art. 56, para estabelecer que na fase de implantação, enquanto não houver defensor público que preencha os requisitos da lei, o governo do estado poderá nomear o defensor-geral para um mandato de dois anos, permitindo uma recondução somente após a prévia aprovação deste nome pelo Plenário desta Casa.

Também eliminamos, sr. presidente e srs. deputados, outro ponto muito polêmico da proposta original, que estabelecia preferência na celebração dos convênios para a defensoria suplementar necessária para garantir a universalidade do atendimento à população de baixa renda de Santa Catarina. Com esse intuito, acatamos uma emenda da bancada do PT, que estabelece o prazo máximo de três meses, após a promulgação da lei, para a realização do primeiro

concurso público para admissão não só dos defensores, mas também dos analistas e dos técnicos para constituir o quadro de servidores necessários para o início dos trabalhos da Defensoria Pública em nosso estado.

Outra emenda acatada, também de autoria da bancada do PT, exclui do projeto uma anotação que, na nossa concepção, era desnecessária e sem eficácia prática, acerca de um eventual prejuízo da atividade da advocacia privada, na medida em que tanto a Defensoria Pública como a advocacia estão previstas na Constituição e não são incompatíveis, como aparentava na proposta original do governo.

Outra emenda acatada, ainda de autoria da bancada do PT, altera, e é uma mudança muito significativa, o conceito de pessoa assistida por parte da Defensoria Pública.

A proposta original estabelecia dois parâmetros: a renda familiar não superior a um salário mínimo regional e a renda familiar não superior à faixa de isenção do Imposto de Renda. Essas duas condições estão excluídas da redação que ora vamos votar.

Passamos então, sr. presidente, a considerar, a partir dessa modificação, necessitado todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento próprio ou da família. O critério, então, deixa de ser o objetivo e passa a ser subjetivo.

Além dessas, uma série de outras emendas foram acatadas e repito aqui o que já falei: das 35 emendas apresentadas ao PLC, dez foram acatadas na sua plenitude, nove delas foram consideradas prejudicadas, porque de uma forma ou de outra foram recepcionadas nas emendas deste relator, que receberam a aprovação nas comissões desta Casa.

Eu quero agradecer a todos aqueles que de uma forma ou de outra formularam sugestões nas reuniões que realizamos e nas audiências públicas. Agradeço, sobretudo, aos deputados, que também deram uma grande contribuição para que pudéssemos avançar.

Tenho certeza de que muito mais poderia ter sido aqui aprovado, mas chegamos ao limite, na convicção de que estamos entregando para Santa Catarina um bom modelo de Defensoria Pública, na medida em que a matéria receber a aprovação dos srs. parlamentares, nesta tarde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, para discutir, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar todos os deputados e deputadas, bem como aqueles que acompanham esta sessão.

Em primeiro lugar, gostaria de me referir ao histórico de luta que aconteceu neste estado para a implementação da lei que cria a Defensoria Pública. Tivemos nada mais nada menos do que 50 mil assinaturas, que deram origem ao Projeto n. 0286/2010, de iniciativa popular, de criação da Defensoria Pública.

Quero destacar as seguintes entidades e instituições:

- UnoChapecó;
- Associação dos Magistrados do Brasil;
- Associação Nacional dos Defensores Públicos;
- Associação Nacional dos Defensores Públicos da União;
- Associação Paulista de Defensores Públicos;
- Associação Nacional dos Defensores Públicos do Rio de Janeiro;
- Curso de Serviço Social da UnoChapecó;
- Escritório Modelo de Assistência Jurídica da UFSC;
- Sindicato dos Servidores do Judiciário de Santa Catarina;
- Diretório Central dos Estudantes da UnoChapecó;
- Deputados estaduais que hoje são deputados federais e outros que permanecem estaduais;
- ONG - Amor a Criciúma;

- Instituto Ócio Criativo, de Criciúma;
- Comitê Catarinense de Combate à Tortura;
- Comitê do Movimento de Direitos Humanos em Santa Catarina;
- Pastoral Carcerária e outras pastorais;
- Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina.

Além desse movimento que deu origem a 50 mil assinaturas, houve várias audiências nesta Casa, especialmente a partir da entrada deste projeto. Houve várias reuniões e vários debates foram formatando um modelo de Defensoria Pública que de fato pudesse servir de exemplo para o Brasil.

Em 14 de março de 2012 houve o julgamento da Adin no Supremo Tribunal Federal, que determinou que até março do ano que vem a implementação da Defensoria Pública em nosso estado.

Nesse sentido, há várias questões que precisam avançar em nosso entendimento e poderemos fazê-lo em plenário se os deputados tiverem cuidado com o que determina o espírito do legislador ao elaborar o art. 134 da Constituição Federal.

Mas quero fazer o destaque das quatro emendas que apresentamos na comissão de Finanças. Na primeira emenda destaco o art. 56, que determina que os cargos de defensor público-geral, subdefensor público-geral e corregedor público-geral da Defensoria Pública sejam obrigatoriamente ocupados por membros da carreira, após aprovação em concurso público. Ou seja, estamos aqui opondo-nos à ideia de que o governador deva nomear esses três cargos que darão a linha mestra da instituição e a formatação desse modelo de Defensoria Pública, uma vez que o governador nomeando esses três cargos da Defensoria está dizendo que o princípio da autonomia administrativa, funcional e financeira estaria resguardado.

Então, por que estamos baseando-nos no fato de que essa emenda precisa ser aprovada? Porque a Constituição Federal é muito clara no § 1º do art. 134, quando determina que a lei complementar organizará a Defensoria Pública, mas os estados

devem preconizar pelos cargos de carreira providos na classe inicial mediante concurso público de provas e títulos. Portanto, a Constituição não prevê que para o período inicial vale a nomeação por parte do governador.

Essa primeira emenda vem justamente no sentido de alertar os srs. deputados no sentido de não permitir que este estado caia no erro de permitir uma nova ação no Supremo Tribunal Federal.

A segunda emenda se refere ao aumento do número de defensores. Ora, o projeto inicial previa apenas 20 defensores. Nós avançamos no sentido de ter 60, mas para seis milhões de habitantes 60 defensores públicos é um número ridículo para o estado de Santa Catarina!

Se compararmos com o tamanho da população de todos os demais estados e o número de defensores públicos, teremos a seguinte situação: Santa Catarina implanta a Defensoria Pública de forma precária, tímida e passa a ser o estado da nação com o menor número de defensores públicos, o que pode perfeitamente ser alterado se assim houver entendimento dos parlamentares.

A terceira emenda que apresentamos reitera a intenção de manter o projeto inicial, que previa a criação de 300 cargos de defensores públicos. E a quarta representa a garantia de que a comissão do primeiro concurso público para provimento dos cargos de defensor público seja formada pelo procurador-geral do Estado, pela OAB, pelo Conselho Nacional dos Defensores-Gerais e pelo presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, pois entendemos que é justa a formação de uma comissão democrática, representativa e que evite, inclusive, problemas na condução do concurso público.

Por último, quero dizer aos srs. deputados que, por mais estranho que possa parecer, uma vez que somos parlamentar da Oposição, nós temos a preocupação de que, infelizmente, o estado de Santa Catarina possa responder a duas Adins no Supremo Tribunal Federal. Uma, contra a lei que ora deva ser aprovada e que colocará em xeque todos os avanços que foram aqui mencionados pelo

deputado José Nei Ascari; outra, contra o governador do estado por descumprir decisão do STF, o que poderá acarretar a perda do mandato, a inelegibilidade e, inclusive, a intervenção federal no estado.

E por que afirmo isso? Porque já tivemos no dia 1º de dezembro de 2005 uma Adin julgada pelo Supremo Tribunal Federal em relação ao estado da Paraíba, que cometeu exatamente o mesmo erro, o mesmo equívoco que o estado de Santa Catarina está cometendo, quando definiu a nomeação desses três cargos num primeiro momento por parte do governador. O STF, então, julgou inconstitucional a lei que criou a Defensoria na Paraíba. Ora, se valeu para Paraíba, tenho certeza de que o Supremo Tribunal Federal não aceitará que mais um estado cometa tal equívoco.

Portanto, se o estado de Santa Catarina não quiser mais uma vez responder judicialmente por um ato que pode ser evitado, entendemos que há tempo para que se respeite a decisão dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Assim, pedimos a aprovação das nossas emendas.  
Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Joares Ponticelli, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, esse tema realmente é o mais importante deste semestre e por isso o tenho trazido já há alguns dias a esta tribuna porque estou absolutamente convencido de que o modelo que nós tínhamos até então, deputado Ciro Roza, era o melhor modelo do Brasil. Não tenho nenhuma dúvida a respeito e tenho elementos para isso pelo que ouvi de parlamentares de diversos outros estados. Infelizmente, decisão judicial não se discute, apenas se cumpre.

A proposta que a deputada Luciane Carminatti traz eu também gostaria de ver implementada, começando pelo governo federal. A sua proposta é termos em torno de 300 defensores públicos em Santa Catarina. O Brasil inteiro tem 489,

deputada! O Brasil inteiro, onde há Defensoria desde 1995, tem 489 defensores, o que dá um número de 14 defensores para Santa Catarina, se considerarmos que temos uma população economicamente ativa de 130 milhões.

Por isso, sr. presidente, quero discutir isso com responsabilidade! A Defensoria da União, deputado Mauro de Nadal, que existe desde 1995, só tem 489 defensores públicos. No estado do Rio Grande do Sul há cinco defensores da união, mas aqui em Santa Catarina, do governador Raimundo Colombo querem exigir 300 defensores para depois de amanhã! Não é assim. Temos que ter coerência.

A contestação de dizer que o defensor-geral será escolhido pelo governador numa regra transitória, é verdade, porque os defensores serão concursados, terão que ter no cargo no mínimo três anos para terem estabilidade e mais de 35 anos de idade. E até lá como fica? Vamos ficar sem defensor-geral? E o serviço de parceria com a OAB até que se faça concurso, até que se contrate, até que se implemente, não vai mais haver?

O discurso da senadora Ana Amélia Lemos no Senado da República no dia 21 de maio deste ano mostra, deputada Angela Albino, que a união ainda não tem carreira estruturada como pretendem os defensores que, aliás, estão em greve. A união não tem os equipamentos necessários, não tem infraestrutura, e existe desde 1995! Aqui, deputado Edison Andrino, há uma pressa generalizada, tem que ser para amanhã. Não é assim. Nós temos que ter coerência entre o discurso e a prática. Se o governo federal, que é o senhor da arrecadação no Brasil, que concentra 70% de tudo o que se arrecada, ainda não conseguiu resolver e não por falta de vontade certamente, mas porque tem outras demandas, querem que o estado resolva tudo imediatamente. Não! Nós precisamos ir com calma, com responsabilidade.

Queremos reconhecer acima de tudo, deputado José Nei Ascari, os avanços que v.exa. promoveu na relatoria. Da proposta inicial que aqui chegou à que estamos votando hoje, esta Assembleia promoveu avanços substanciais. E vamos continuar avançando,

vamos continuar evoluindo, mas com responsabilidade, com o pé no chão, com o mesmo comportamento que se deve exigir dos outros entes, deputado Reno Caramori, porque senão ficamos apenas no discurso daquilo que interessa na paróquia, e não pode ser assim.

Nós precisamos, acima de tudo, srs. deputados, garantir que essas 21 coordenadorias que serão criadas sejam dotadas de condições de funcionamento, à luz da lei. Tem que haver licitação para estruturá-las, tem que alugar imóveis etc. Mas o povo não pode padecer até lá, o serviço tem que continuar.

Por fim, a OAB não pode ser demonizada como percebemos muitas vezes nas entrelinhas. O trabalho prestado pela OAB até aqui foi um trabalho de qualidade, de responsabilidade, de resultados. E a OAB e as universidades precisam continuar parceiras, senão, deputado Ciro Roza, não daremos conta de dar a resolutividade que o cidadão precisa.

Vejo que estamos avançando. O modelo já nasce melhor do que em outros estados da federação. Esse problema da Defensoria Pública não é um problema de Santa Catarina apenas e não somos o único estado a implementar a Defensoria Pública, mas não podemos negar que tivemos até aqui sim, um serviço bem prestado pela OAB, através da Defensoria Dativa. Por isso a OAB precisa continuar parceira, agora melhor fiscalizada por conta das 21 regionais que vamos instalar nesse grande quadro que estamos criando. Aliás, deputados Nilso Berlanda e José Milton Scheffer, a nossa lei nasce com um quadro e com uma carreira, vamos ser honestos e reconhecer, bem melhor do que os da união, que existe desde 1995 e ainda não conseguiu avançar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, para discutir, a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero iniciar pontuando uma questão

que às vezes precisamos pontuar na história. O dia de hoje certamente conta com a formulação formal do governo do estado, mas é fruto da luta e do cotidiano reiterado de luta de muitas entidades e pessoas que sempre acreditaram, mesmo quando diziam que o assunto estava ultrapassado. O dia de hoje é a prova inequívoca de que o direito é construído pela luta, de que a luta constrói o direito. Todos os direitos que estão inscritos em todas as Constituições de todos os países foram conquistados porque alguém se debruçou sobre eles e dispôs-se a lutar.

Deputado Joares Ponticelli, vou usar agora da prerrogativa de divergir de v.exa., o que faço muito pouco desta tribuna, para dizer que há pressa, sim, porque somos o último estado do país a implementar a Defensoria Pública. Discute-se sobre esse tema desde 1988 e muito mais proximamente, nos últimos anos, com todas as entidades que a deputada Luciane Carminatti já mencionou. E quero destacar ainda a Associação de Juízes para a Democracia e a própria participação dos defensores públicos da união, que nos ajudaram muito a conceber o projeto, que nos ajudaram a entender o caminho que precisava ser trilhado.

Ao passo que reconheço o avanço que foi feito, quero complementar o relato que fez da tribuna o deputado José Nei Ascari, que de fato incorporou várias emendas no seu relatório, dizendo que, embora a pressa não esteja colocada para nós, não se vai ao sul seguindo pelo norte.

Um ponto estratégico que temos defendido desde que iniciou o debate sobre a Defensoria Pública é que ela precisa ser independente, portanto, quando se diz que é preciso conciliar o artigo transitório, como bem lembrou o deputado Joares Ponticelli, com as necessidades de sabermos que nem todas as condições dos defensores públicos vão estar implementadas naquele tempo, é possível também que se ponha fim a um artigo completamente vago e absolutamente discricionário do governador do estado, que é dizer que alguém de notório saber jurídico é que vai guiar os primeiros anos da Defensoria Pública. Essa Defensoria Pública nasce

sem orçamento, nasce sem a governança política sobre as suas ações e é claro que isso vai interferir nos seus relacionamentos.

Dito isso, não muda o fato de que certamente é uma vitória, embora tenha convicção de que se tivéssemos construído essa vitória de outra forma, as galerias desta Casa estariam cheias hoje, porque é preciso reconhecer que as pessoas que várias vezes propuseram audiências públicas, que várias estiveram aqui, que várias vezes propuseram esse debate, que várias vezes suscitaram esse debate e disseram que o caminho que Santa Catarina adotava não era constitucional, não foram convidadas para a vitória e não se sentem vitoriosas com esse projeto.

O deputado Joares Ponticelli lembrou bem há pouco que esta Casa é, por excelência, a Casa do debate. Então, queremos entender por que essas pessoas não se sentem contempladas, não se sentem vitoriosas neste momento. Porque a Defensoria Pública que oxalá está nascendo - e que bom que está nascendo! - não nasce atendendo ao que se construiu até aqui.

Por isso quero saudar os que ousaram divergir, os que ousaram pautar esse debate, os que nunca desistiram e pelo fato de que finalmente teremos uma Defensoria Pública, muito embora não seja, reafirmo aqui, aquela que sonhamos.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio)- Esta Presidência registra a presença nesta Casa do prefeito da capital, Dário Elias Berger.

Seja bem-vindo à Assembleia Legislativa!

Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Dirceu Dresch, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero saudar e cumprimentar o deputado federal Décio Lima, que foi prefeito de Blumenau e que está aqui nos visitando.

Srs. deputados, com relação à Defensoria Pública já fiz minha fala no horário reservado aos Partidos Políticos, mas quero destacar rapidamente

algumas das nossas emendas, as quais foram muito bem discutidas pela deputada Luciane Carminatti.

Quero cumprimentar as entidades que estão aqui hoje e que fizeram um trabalho maravilhoso ao conseguir 50 mil assinaturas para um projeto de iniciativa popular.

Quero discordar do que disse o deputado Joares Ponticelli desta tribuna, pois os defensores da união têm um papel totalmente diferenciado, já que não atuam diretamente com a população, têm outras funções, desempenham outros papéis.

Quero dizer ainda que o vizinho estado do Rio Grande do Sul tem 362 defensores públicos estaduais e que o Paraná agora abriu concurso para cerca de 190 defensores, ao passo que Santa Catarina está numa situação crítica. Por quê? Porque o Supremo Tribunal Federal decretou inconstitucional a nossa Defensoria Dativa. Então, estamos sem Defensoria.

Uma coisa da qual discordamos é a criação de somente 20 defensores públicos, que serviriam simplesmente para gestionar convênios. Isso nós não queremos! Não queremos uma instituição para gestionar convênios! Queremos uma instituição para atender à população do nosso estado.

Quero reconhecer que o relator, deputado José Nei Ascari, fez um grande esforço acatando várias emendas da nossa bancada, que se esforçou para contribuir com o projeto original, que era totalmente inviável para Santa Catarina. Com sua ajuda conseguimos ampliar para 60 defensores, mas isso não quer dizer que o governo vá contratar os 60. E aí a grande preocupação com relação à interferência política do governador ao nomear três defensores-gerais livremente, porque não fica claro quanto tempo isso vai durar.

Conseguimos, através de emenda, dar um tempo para a implantação. Agora, esse processo de transição, no qual se fala que é preciso ter 35 anos para ser defensor público-geral, estamos propondo que seja retirado.

Deputado José Milton Scheffer, foi muito clara a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o estado da Paraíba. Agora estamos incorrendo no

mesmo erro e correndo o mesmo risco da impugnação da nossa lei, o que pode fazer com que a Defensoria Pública demore muito tempo para ser implantada em nosso estado. Se isso é intencional, é um problema, porque muito alertamos aqui durante a tramitação da matéria nas comissões que o projeto era inconstitucional.

Então, sr. presidente, comemoramos toda a caminhada que fizemos, reconhecemos a mobilização, mas não gostaríamos que o discurso de que a Defensoria Dativa deveria continuar existindo em nosso estado prevalecesse. Foi importante, é verdade, mas o próprio Supremo Tribunal Federal disse que era inconstitucional e muita coisa que deveria ter funcionado não funcionou. Por isso a nossa luta pela Defensoria Pública.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Edison Andrino, líder do governo.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e srs. deputados, já foi dito praticamente tudo sobre a matéria e não vou alongar-me.

Quero aproveitar a oportunidade para fazer um agradecimento ao PT, pela contribuição que deu a essa matéria, pois a audiência pública requerida pelo partido foi fundamental para uma série de acréscimos e avanços na criação da Defensoria Pública.

Quero cumprimentar também o deputado José Nei Ascari pelo esforço, por contemplar praticamente todos os pontos polêmicos, sr. presidente, discutidos na audiência pública. Tivemos avanços substanciais e tenho certeza de que Santa Catarina terá uma boa Defensoria Pública.

Particularmente reconheço o trabalho feito pela OAB através da Defensoria Dativa, mas acho que a instituição deveria ter sido melhor controlada na maior por parte do estado. Sabemos também que a Defensoria Pública tem um papel preventivo no sentido de não haver demanda judicial, o que não acontecia com a Defensoria

Dativa, pois o advogado só era remunerado quando havia demanda judicial.

Não posso esquecer também o esforço e a sensibilidade do governador do estado de Santa Catarina, através do seu procurador-geral, professor João dos Passos Martins Neto, que foi fundamental para que essa matéria pudesse ser encaminhada a esta Casa, discutida democraticamente na audiência pública e ter os avanços necessários.

Recomendo à bancada que dá apoio ao governo que vote a favor da matéria, para que o projeto se torne realidade. Solicito também à base de apoio que vote contra as emendas que serão apresentadas em plenário.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -  
Continuam em discussão os projetos.

(Pausa)

Não havendo mais quem os queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação a PEC n. 0003/2012.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal através do painel eletrônico.)

|                              |     |
|------------------------------|-----|
| DEPUTADO ALDO SCHNEIDER      | sim |
| DEPUTADA ANA PAULA LIMA      | sim |
| DEPUTADA ANGELA ALBINO       | sim |
| DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR      | sim |
| DEPUTADO CARLOS CHIODINI     | sim |
| DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR  | sim |
| DEPUTADO CIRO ROZA           | sim |
| DEPUTADO DADO CHEREM         | sim |
| DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT | sim |
| DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI      | sim |
| DEPUTADO DIRCEU DRESCH       | sim |
| DEPUTADO EDISON ANDRINO      | sim |
| DEPUTADO ELIZEU MATTOS       | sim |
| DEPUTADO GELSON MERISIO      | sim |
| DEPUTADO GILMAR KNAESEL      |     |
| DEPUTADO JAILSON LIMA        |     |
| DEPUTADO JOARES PONTICELLI   | sim |

|                                 |     |
|---------------------------------|-----|
| DEPUTADO JORGE TEIXEIRA         | sim |
| DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER   | sim |
| DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI        | sim |
| DEPUTADO KENNEDY NUNES          | sim |
| DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI     | sim |
| DEPUTADO MANOEL MOTA            | sim |
| DEPUTADO MARCOS VIEIRA          | sim |
| DEPUTADO MAURO DE NADAL         | sim |
| DEPUTADO MOACIR SOPELSA         | sim |
| DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO      | sim |
| DEPUTADO NEODI SARETTA          | sim |
| DEPUTADO NILSON GONÇALVES       | sim |
| DEPUTADO NILSO BERLANDA         | sim |
| DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA | sim |
| DEPUTADO RENO CARAMORI          |     |
| DEPUTADO ROMILDO TITON          | sim |
| DEPUTADO SANDRO SILVA           | sim |
| DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES | sim |
| DEPUTADO SERAFIM VENZON         | sim |
| DEPUTADO SILVIO DREVECK         | sim |
| DEPUTADO VALMIR COMIN           |     |
| DEPUTADO VALTER GALLINA         | sim |
| DEPUTADO VOLNEI MORASTONI       |     |

Está encerrada a votação.

Colho o resultado

Votaram 35 srs. deputados.

Temos 35 votos "sim".

Está aprovada a PEC em primeiro turno.

Em votação em primeiro turno o PLC n. 0016/2012.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

Antes, porém, vamos votar o destaque, pois há quatro requerimentos da bancada do PT.

Podemos votá-los em bloco, deputado Dirceu Dresch?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, peço que votemos individualmente, com um minuto para encaminhamento, para explicar o que é cada emenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - V.Exas. podem fazer o encaminhamento dos quatro destaques e votamos em separado cada um deles. Pode ser? Terão quatro minutos para encaminhar.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Para nós o debate já foi feito, gostaríamos apenas de explicar cada destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Então vamos inicialmente votar o destaque que suprime os §§ 1º e 2º do art. 56.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, foi discutido muito na tribuna a questão de a união não ter um número grande de defensores públicos. Na verdade, fez-se um comparativo entre o estado e a união. Ocorre que as atribuições são diferentes, o que precisamos é comparar estado com estado, porque a Defensoria Pública da União não trata de problemas do dia a dia do cidadão, da Justiça comum, das questões de direito de família e outras. Então, as atribuições da Defensoria Pública são extremamente mais abrangentes no caso dos estados.

Agora, se fizermos um comparativo entre os estados, ver-se-á que atualmente o menor número de defensores *per capita* é em São Paulo, que está elevando de 500 para 900 o número de defensores públicos. Na verdade, São Paulo perde o posto para Santa Catarina, que é o último estado a aprovar a Defensoria Pública e o primeiro de trás para frente em quantidade.

Por isso, uma das emendas visa exatamente elevar o número de defensores públicos. Até reconhecemos o esforço do deputado José Nei Ascari, que ampliou de 20 para 60 já no primeiro concurso. E um dos destaques trata justamente da possibilidade de permitir mais defensores, que é o que vai, efetivamente, garantir o atendimento ao cidadão carente do nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Votação em separado da emenda supressiva que

suprime os §§ 1º e 2º do art. 56 do Projeto de Lei Complementar n. 0016/2012.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a emenda e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

|                                 |     |
|---------------------------------|-----|
| DEPUTADO ALDO SCHNEIDER         | não |
| DEPUTADA ANA PAULA LIMA         | sim |
| DEPUTADA ANGELA ALBINO          | sim |
| DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR         |     |
| DEPUTADO CARLOS CHIODINI        | não |
| DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR     | não |
| DEPUTADO CIRO ROZA              | não |
| DEPUTADO DADO CHEREM            | não |
| DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT    | não |
| DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI         | não |
| DEPUTADO DIRCEU DRESCH          | sim |
| DEPUTADO EDISON ANDRINO         | não |
| DEPUTADO ELIZEU MATTOS          | não |
| DEPUTADO GELSON MERISIO         | não |
| DEPUTADO GILMAR KNAESEL         |     |
| DEPUTADO JAILSON LIMA           |     |
| DEPUTADO JOARES PONTICELLI      | não |
| DEPUTADO JORGE TEIXEIRA         | não |
| DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER   | não |
| DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI        | não |
| DEPUTADO KENNEDY NUNES          | não |
| DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI     | sim |
| DEPUTADO MANOEL MOTA            | não |
| DEPUTADO MARCOS VIEIRA          | não |
| DEPUTADO MAURO DE NADAL         | não |
| DEPUTADO MOACIR SOPELSA         | não |
| DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO      | não |
| DEPUTADO NEODI SARETTA          | sim |
| DEPUTADO NILSON GONÇALVES       | não |
| DEPUTADO NILSO BERLANDA         | sim |
| DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA | sim |
| DEPUTADO RENO CARAMORI          |     |
| DEPUTADO ROMILDO TITON          | não |
| DEPUTADO SANDRO SILVA           | não |
| DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES | sim |
| DEPUTADO SERAFIM VENZON         | não |
| DEPUTADO SILVIO DREVECK         | não |

|                           |     |
|---------------------------|-----|
| DEPUTADO VALMIR COMIN     | não |
| DEPUTADO VALTER GALLINA   | não |
| DEPUTADO VOLNEI MORASTONI | sim |

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 36 srs. deputados.

Temos nove votos "sim" e 27 votos "não".

Está rejeitado o destaque.

Votação em separado da emenda modificativa ao art. 56 do Projeto de Lei Complementar n. 0016/2012.

Em votação.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, a presente emenda pretende modificar o art. 56, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Art. 56. Os cargos de Defensor Público-Geral, Subdefensor Público-Geral e Corregedor-Geral da Defensoria Pública serão obrigatoriamente ocupados por membros da carreira, após aprovação em concurso público, ficando dispensados os requisitos de que tratam os art. 9º, 11, 13 desta Lei Complementar, enquanto não houver defensores públicos que os preencham."[sic]

Então, na nossa avaliação, essa é a questão central, porque os defensores públicos devem ser escolhidos entre os concursados.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A votação será no painel.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a emenda e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

|                         |     |
|-------------------------|-----|
| DEPUTADO ALDO SCHNEIDER | não |
| DEPUTADA ANA PAULA LIMA | sim |
| DEPUTADA ANGELA ALBINO  | sim |

|                                 |     |
|---------------------------------|-----|
| DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR         | não |
| DEPUTADO CARLOS CHIODINI        | não |
| DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR     | não |
| DEPUTADO CIRO ROZA              | não |
| DEPUTADO DADO CHEREM            | não |
| DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT    | não |
| DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI         | não |
| DEPUTADO DIRCEU DRESCH          | sim |
| DEPUTADO EDISON ANDRINO         | não |
| DEPUTADO ELIZEU MATTOS          | não |
| DEPUTADO GELSON MERISIO         |     |
| DEPUTADO GILMAR KNAESEL         |     |
| DEPUTADO JAILSON LIMA           |     |
| DEPUTADO JOARES PONTICELLI      | não |
| DEPUTADO JORGE TEIXEIRA         | não |
| DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER   | não |
| DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI        | não |
| DEPUTADO KENNEDY NUNES          | não |
| DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI     | sim |
| DEPUTADO MANOEL MOTA            | não |
| DEPUTADO MARCOS VIEIRA          | não |
| DEPUTADO MAURO DE NADAL         | não |
| DEPUTADO MOACIR SOPELSA         | não |
| DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO      | não |
| DEPUTADO NEODI SARETTA          | sim |
| DEPUTADO NILSON GONÇALVES       | não |
| DEPUTADO NILSO BERLANDA         | sim |
| DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA | sim |
| DEPUTADO RENO CARAMORI          | não |
| DEPUTADO ROMILDO TITON          | não |
| DEPUTADO SANDRO SILVA           | não |
| DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES | sim |
| DEPUTADO SERAFIM VENZON         | não |
| DEPUTADO SILVIO DREVECK         | não |
| DEPUTADO VALMIR COMIN           | não |
| DEPUTADO VALTER GALLINA         | não |
| DEPUTADO VOLNEI MORASTONI       |     |

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 36 srs. deputados.

Temos oito votos "sim" e 28 votos "não".

Está rejeitado o destaque.

Votação em separado da emenda modificativa ao art. 62 do PLC n. 0016/2012.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a emenda e os que votarem não rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

|                                 |     |
|---------------------------------|-----|
| DEPUTADO ALDO SCHNEIDER         | não |
| DEPUTADA ANA PAULA LIMA         | sim |
| DEPUTADA ANGELA ALBINO          | sim |
| DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR         | não |
| DEPUTADO CARLOS CHIODINI        | não |
| DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR     | não |
| DEPUTADO CIRO ROZA              | não |
| DEPUTADO DADO CHEREM            | não |
| DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT    | não |
| DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI         | não |
| DEPUTADO DIRCEU DRESCH          | sim |
| DEPUTADO EDISON ANDRINO         | não |
| DEPUTADO ELIZEU MATTOS          | não |
| DEPUTADO GELSON MERISIO         | não |
| DEPUTADO GILMAR KNAESEL         |     |
| DEPUTADO JAILSON LIMA           |     |
| DEPUTADO JOARES PONTICELLI      | não |
| DEPUTADO JORGE TEIXEIRA         | não |
| DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER   | não |
| DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI        | não |
| DEPUTADO KENNEDY NUNES          | não |
| DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI     | sim |
| DEPUTADO MANOEL MOTA            | sim |
| DEPUTADO MARCOS VIEIRA          | não |
| DEPUTADO MAURO DE NADAL         | não |
| DEPUTADO MOACIR SOPELSA         | não |
| DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO      |     |
| DEPUTADO NEODI SARETTA          | sim |
| DEPUTADO NILSON GONÇALVES       | não |
| DEPUTADO NILSO BERLANDA         | sim |
| DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA | sim |
| DEPUTADO RENO CARAMORI          | não |
| DEPUTADO ROMILDO TITON          | não |
| DEPUTADO SANDRO SILVA           | não |
| DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES | sim |
| DEPUTADO SERAFIM VENZON         | não |
| DEPUTADO SILVIO DREVECK         | não |
| DEPUTADO VALMIR COMIN           | não |
| DEPUTADO VALTER GALLINA         | não |

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Está encerrada a votação.

Votaram 36 srs. deputados.

Temos nove votos "sim" e 27 votos "não".

Está rejeitada a emenda.

Votação em separado da emenda modificativa aos Anexos V, VI e VII do PLC n. 0016/2012, dando nova redação ao artigo.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a emenda e os que votarem "não" rejeitam-na.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, a emenda refere-se ao número de cargos a serem criados, assim distribuídos: 300 vagas de defensores públicos, 300 vagas de analistas técnicos e 300 vagas de técnicos administrativos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - O painel está aberto para votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

|                               |     |
|-------------------------------|-----|
| DEPUTADO ALDO SCHNEIDER       | não |
| DEPUTADA ANA PAULA LIMA       | sim |
| DEPUTADA ANGELA ALBINO        | sim |
| DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR       | não |
| DEPUTADO CARLOS CHIODINI      | não |
| DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR   | não |
| DEPUTADO CIRO ROZA            | não |
| DEPUTADO DADO CHEREM          | não |
| DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT  | não |
| DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI       | não |
| DEPUTADO DIRCEU DRESCH        | sim |
| DEPUTADO EDISON ANDRINO       | não |
| DEPUTADO ELIZEU MATTOS        | não |
| DEPUTADO GELSON MERISIO       | não |
| DEPUTADO GILMAR KNAESEL       |     |
| DEPUTADO JAILSON LIMA         |     |
| DEPUTADO JOARES PONTICELLI    | não |
| DEPUTADO JORGE TEIXEIRA       | não |
| DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER | não |
| DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI      | não |

|                                 |     |
|---------------------------------|-----|
| DEPUTADO KENNEDY NUNES          | não |
| DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI     | sim |
| DEPUTADO MANOEL MOTA            | sim |
| DEPUTADO MARCOS VIEIRA          | não |
| DEPUTADO MAURO DE NADAL         | não |
| DEPUTADO MOACIR SOPELSA         | não |
| DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO      |     |
| DEPUTADO NEODI SARETTA          | sim |
| DEPUTADO NILSON GONÇALVES       | não |
| DEPUTADO NILSO BERLANDA         | não |
| DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA |     |
| DEPUTADO RENO CARAMORI          | não |
| DEPUTADO ROMILDO TITON          | não |
| DEPUTADO SANDRO SILVA           | não |
| DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES |     |
| DEPUTADO SERAFIM VENZON         | não |
| DEPUTADO SILVIO DREVECK         | não |
| DEPUTADO VALMIR COMIN           | não |
| DEPUTADO VALTER GALLINA         | não |
| DEPUTADO VOLNEI MORASTONI       |     |

Está encerrada a votação.

Votaram 34 srs. deputados.

Temos 28 votos "não" e seis votos "sim".

Está rejeitada a emenda.

Votação em primeiro turno do PLC n. 0016/2012, com as emendas aprovadas na comissão.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, faço um apelo à base do governo para que permaneça em plenário porque ainda haverá a votação em segundo turno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os que votarem "não" rejeitam-no.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, vamos votar com ressalva esse texto. Entendemos que avançamos na criação da Defensoria, e isso é extremamente positivo, mas acreditamos que o projeto não atendeu à expectativa e há um problema de inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está feito o registro.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Luciane Carminatti, para declaração de voto.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, da mesma forma, eu gostaria que fosse registrada em ata a nossa ressalva porque não foram aprovadas as nossas quatro emendas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Vai constar na ata não apenas a ressalva, como também a discussão da matéria, sra. deputada.

Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

|                               |     |
|-------------------------------|-----|
| DEPUTADO ALDO SCHNEIDER       | sim |
| DEPUTADA ANA PAULA LIMA       | sim |
| DEPUTADA ANGELA ALBINO        | sim |
| DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR       | sim |
| DEPUTADO CARLOS CHIODINI      | sim |
| DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR   | sim |
| DEPUTADO CIRO ROZA            | sim |
| DEPUTADO DADO CHEREM          | sim |
| DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT  | sim |
| DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI       | sim |
| DEPUTADO DIRCEU DRESCH        | sim |
| DEPUTADO EDISON ANDRINO       | sim |
| DEPUTADO ELIZEU MATTOS        | sim |
| DEPUTADO GELSON MERISIO       | sim |
| DEPUTADO GILMAR KNAESEL       |     |
| DEPUTADO JAILSON LIMA         |     |
| DEPUTADO JOARES PONTICELLI    | sim |
| DEPUTADO JORGE TEIXEIRA       | sim |
| DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER | sim |
| DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI      | sim |
| DEPUTADO KENNEDY NUNES        | sim |

|                                 |     |
|---------------------------------|-----|
| DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI     | sim |
| DEPUTADO MANOEL MOTA            | sim |
| DEPUTADO MARCOS VIEIRA          | sim |
| DEPUTADO MAURO DE NADAL         | sim |
| DEPUTADO MOACIR SOPELSA         | sim |
| DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO      |     |
| DEPUTADO NEODI SARETTA          | sim |
| DEPUTADO NILSON GONÇALVES       | sim |
| DEPUTADO NILSO BERLANDA         | sim |
| DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA | sim |
| DEPUTADO RENO CARAMORI          | sim |
| DEPUTADO ROMILDO TITON          | sim |
| DEPUTADO SANDRO SILVA           | sim |
| DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES | sim |
| DEPUTADO SERAFIM VENZON         | sim |
| DEPUTADO SILVIO DREVECK         | sim |
| DEPUTADO VALMIR COMIN           | sim |
| DEPUTADO VALTER GALLINA         | sim |
| DEPUTADO VOLNEI MORASTONI       | sim |

Está encerrada a votação.

Votaram 38 srs. deputados.

O deputado Narcizo Parisotto registra o seu voto "sim". Com o voto favorável do deputado Narcizo Parisotto fora do sistema eletrônico de votação, temos 38 votos "sim".

Está aprovado em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0176/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, que concede o título de Cidadão Catarinense ao doutor Euclides Reis Quaresma.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em primeiro turno.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 17h08, destinada à votação em segundo turno das matérias aprovadas e de algumas redações finais.

Está encerrada a sessão.